Os Saberes do Professor de Ensino Superior - Reflexões sobre o Direito a Partir dos Conceitos de Trabalho e Educação

Alaíde Maria Zabloski Baruffi [1]
Helder Baruffi [2]

A carta magna de 1988 assegura-nos uma participação efetiva na construção de um processo político para a sociedade brasileira. Todavia, essa participação tem sido desigual na medida em que o disposto na carta constitucional, em que pesem os esforços já despendidos, não se efetivou para uma grande maioria dos membros da sociedade, diretamente excluídos dos direitos básicos consolidados no art. 5º da Lei Maior. Muito ainda há para se fazer.

A educação, enquanto princípio constitucional, é normatizada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei n. 9394/96 que, de forma direta e objetiva, sistematiza o direito, a oferta e a sua organização. No âmbito mundial, as políticas públicas têm-se voltado para a efetiva democratização escolar na busca do fortalecimento de uma política de educação para todos, pautada nos seguintes pilares básicos: *Aprender a Conhecer, Aprender a Viver Juntos, Aprender a Fazer e Aprender a Ser.*[3] Todavia, os diversos setores da sociedade convivem hoje com um forte momento de pressão, de instabilidade geral, na busca de mudanças e transformações, reflexo da crise dos paradigmas[4], ou da chamada era "pós-moderna", em razão da crise da modernidade..

[1] *Professora do Departamento de Educação da UFMS/Câmpus de Dourados. Doutora em Educação pela USP.*
[2] *Professor do Departamento de Ciências Sociais Aplicadas da UFMS/Câmpus de Dourados. Doutor em Educação pela USP, Mestre em Direito pela PUC/SP. Professor no Curso de Pós-graduação em Direito da UNIGRAN.*

[3] *Relatório apresentado à UNESCO pela Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI - Jacques Delors*

[4] *Ver: KUHN, Thomas S.* A estrutura das revoluções científicas.*5. ed São Paulo: Perspectiva, 2000. Para este autor,* paradigma é aquilo que os membros de uma comunidade partilham e, inversamente, uma comunidade científica consiste em homens que partilham um paradigma*". p. 219. E a crise, são as chamadas "*revoluções científicas" *ou seja, a mudança conceitual, mudança na forma de ver o mundo, resultado de* causas externas *(mudanças na sociedade e na sua cultura)* e causas internas *(o esgotamento de uma teoria); e SANTOS, B. de S. A crítica da razão indolente. Contra o desperdício da experiência. 2000.*

complexo de aprendizagem que passa a ser incorporado, num processo que envolve particularidades, mas que, sobretudo, envolve a intersubjetividade e o outro, enquanto espelho em que o eu se manifesta. A inserção na sociedade pressupõe esse outro, enquanto individualidade ou enquanto coletivo, e aqui, o papel do professor, enquanto educador, é imprescindível.

É evidente a característica socializadora da educação.[6] A passagem do indivíduo pela universidade passa a ter, na sua inserção no mercado de trabalho, um significado próprio. Assim, para alguns, constitui-se um rito de passagem para a vida em sociedade, enquanto para outros, significa o enfrentamento de uma realidade peculiar, de fracassos e frustrações. Em ambos, requer mediação.

O trabalho como mediação

Essa inserção na sociedade é mediada por diferentes fatores: família, escola, trabalho. Para o homem, a interação com a natureza, objetivando transformá-la, constitui algo mais complexo do que dispêndio de energia, mera imposição. É um processo dinâmico, em que diferentes elementos compõem um intrincado quadro decisório de escolha e interação. A atividade humana é compreendida a partir do sentido que o indivíduo atribui a si próprio e ao mundo que o cerca.

A cotidianidade do indivíduo situado nas suas relações de trabalho e transformação da natureza assume dimensões que incorporam não somente a possibilidade de sobrevivência, mas a inserção num mundo mais amplo de relações sociais e de produção. Nessa inclusão, o processo comunicativo toma o sentido da totalidade do ser. O homem nasce um ser social. A afetividade fornece o primeiro e mais significativo sentido entre os seres da espécie e supre a insuficiência da articulação cognitiva do ser humano. Por sua vez, o trabalho agrega um sentido próprio de participação porque permite a inserção do indivíduo no mundo das relações econômico-sociais e de produção. Constitui-se elemento de cidadania.

A atividade produtiva, enquanto base da organização político-social, determina os comportamentos experienciados no cotidiano de cada

[6] *Neste sentido ver: Berger e Luckman.* A construção social da realidade .*Petrópolis, Vozes, 1997.*

estruturas essenciais, em determinado momento histórico, submergem, para aí continuarem uma vida inessencial do ponto de vista social e outras se elevam, passando da inessencialidade à significatividade.[9] O que, num determinado momento histórico, compõe e integra, pode, em outro momento, encontrar-se no obscurantismo e constituir-se fenômeno histórico, sendo substituído por outros significativos.

As relações sociais modificam-se e o homem transforma o seu modo de ser e viver adequando-se a essas transformações. É cada vez menos possível julgar os outros como coisas, como acontecia com os escravos, ou apenas como representantes de um papel, como ocorria no caso do nobre ou do senhor. Passa-se mais e mais a julgar os outros pelo que são, isto é, como indivíduos, como pessoas, como seres humanos.[10]

Nessa construção de relações do homem com o homem e do homem com a natureza vão se estabelecendo mediadores que, na dialética do cotidiano, compõem um quadro permanente de interação significativa dos indivíduos entre si e destes com a sociedade. Esses mediadores situam-se num patamar básico para a compreensão do indivíduo na sua inserção na sociedade e nas relações de trabalho e de produção. Constituem fatores diferenciadores do modo de ser e de relacionar-se.

> *É na análise do modo de ser em que a presença se mantém, na maior parte das vezes e antes de tudo, que se deve buscar a resposta à questão do quem da presença cotidiana.*[11]

A investigação dessas inter-relações que se estabelecem a partir das experiências vividas pelos indivíduos, tomados nas suas particularidades e tomados como membros de uma coletividade, orienta-se pelo ser-no-mundo, cuja constituição fundamental também determina todo e qualquer modo de ser da presença. A compreensão do indivíduo percebido na sua mundaneidade torna-se possível na apreensão do modo

---

[9] *Agnes Heller,* O Cotidiano e a História*, 1992.*

[10] *Apesar do relativamente amplo campo de estudo das relações interpessoais na psicologia, a temática da Educação e Relações interpessoais não tem sido tomada na sua dimensão real. As tentativas de análises que se processam não têm contribuído para a compreensão do indivíduo através de suas relações interpessoais, o que pode estar refletido numa crescente dificuldade de domínio das relações interpessoais ou da compreensão do próprio processo educativo. Para a abordagem do tema, tomamos como ponto de apoio o texto de Dante Moreira Leite, Educação e Relações Interpessoais, In: Maria Helena Souza Patto,* Introdução à Psicologia Escolar*, 1979, pp. 234-257.*

[11] *Martin Heidegger,* O ser e o tempo*, 1988, p. 168.*

A inclusão do indivíduo na sociedade consolida-se pela incorporação dos valores objetivos desta. Estar em sociedade significa participar da dialética dessa sociedade, onde o indivíduo simultaneamente exterioriza o mundo como realidade objetiva e onde a interiorização corresponde ao momento privilegiado da socialização. É um mundo já posto, com uma configuração estabelecida, uma vez que sua existência precede a existência do indivíduo. Este mundo é interiorizado e assumido pelo novo membro.

A interiorização supõe objetivar o mundo e a ele responder exteriorizando-se; constitui a base da compreensão do outro e da compreensão do mundo dotado de significado. É pela interiorização das relações imediatas que ocorrem na família e no grupo que os elementos de cotidianidade como obediência, ritmo, disciplina e trabalho são assimilados e comunicam ao indivíduo os valores das integrações no mundo adulto. Valores capazes de mantê-lo autonomamente,

> *de orientá-lo em situações que já não possuem a dimensão do grupo humano comunitário, de mover-se no ambiente da sociedade em geral e, além disso, de mover por sua vez esse mesmo ambiente.*[14]

A capacidade de autodefinir-se constitui uma das principais aprendizagens do indivíduo para fazer frente à sociedade do trabalho. É próprio da organização social que o indivíduo *ingresse* na sociedade trazendo consigo os códigos com os quais a comunidade se organiza. Assim, determinados comportamentos são socialmente reforçados, enquanto outros são reprimidos em favor daqueles que melhor favorecem a inclusão social do indivíduo.

O amadurecimento do homem significa, em qualquer sociedade, que o indivíduo adquiriu *todas as habilidades imprescindíveis para a vida cotidiana da sociedade* (camada social) *em questão. É adulto quem é capaz de viver por si mesmo a sua cotidianidade.*[15]

Em uma sociedade em que se conhece o movimento e os caracteres, o desenvolvimento das forças produtoras e as relações de produção, todo fato novo, homem, ação ou obra, aparece como já situado

[14] *Agnes Heller,* op. cit., *p. 19.*

[15] Idem, *p.17-18. A vida cotidiana é a vida do indivíduo, da qual este participa com todos os aspectos de sua individualidade, de sua personalidade. Nela, colocam-se "em funcionamento" todos os seus sentidos, todas as suas capacidades intelectuais, suas habilidades manipulativas, seus sentimentos, paixões, idéias, ideologias..*

faz sentir, nas violências da domesticação e nos desnorteamentos do domesticado, a pertinência do meio como um acontecimento singular.[19]

O ambiente em que tais relações se processam também é singular. Cada individualidade está presente nessas relações. Cada um vive seus primeiros anos no desvario e na fascinação como uma realidade profunda e solitária, onde a interiorização da exterioridade é um fato irredutível. O processo de integração à sociedade não ocorre isoladamente, mas dentro do processo de mediação. O homem transforma-se em ser social ao incorporar o mundo social vivido e apreendido.

Tendo presentes essas mediações pode-se dizer que a *existência do outro é uma dificuldade e um choque para o pensamento objetivo.*[20] O processo objetivo de aprendizagem – aquele que ocorre intencionalmente – constitui um reforço da aprendizagem anteriormente interiorizada ou um confronto com essa aprendizagem. A construção da aprendizagem é dada pelo embate entre os elementos já interiorizados e novos elementos objetivos que constituem um processo dinâmico de interiorização, contrapondo-se ou não ao já efetuado. De qualquer forma, os outros são espelhos em que se refletem as interiorizações.

> *A imagem que temos de nós mesmos não é, certamente, o retrato do que os outros vêem em nós, mesmo porque os outros não vêem a mesma pessoa. Entretanto, sem as sucessivas imagens que os outros nos dão de nós mesmos, não poderíamos saber quem somos.* [21]

Ou, mais especificamente *os outros são os nossos espelhos.*[22]

Entretanto, essa compreensão do outro é dada pelo modo dominante de organização da produção e do trabalho. A aprendizagem reflete este ambiente objetivo, que passa a ser formalmente transmitido pela Escola e pela Universidade e reforçado pelas diferentes Instituições que compõem a sociedade civil e que requer um saber capaz de dar conta dessa inserção do indivíduo na sociedade. Tanto pode legitimar como libertar.[23]

---

[19] *Jean Paul Sartre,* A questão do método, *1960, p.142.*

20 Merlau-Ponty, Fenomenologia da Percepção, *1971, p. 401, citado por Dante Moreira Leite,* op. cit., *p. 238.*

[21] Idem, *p. 238.*

[22] *Ichheiser, G., Misunderstandings in Human Relations, American Journal of Sociology, 55, 2, parte 2, 1949 citado por Dante Moreira Leite,* op. cit., *p. 238.*

[23] *Neste sentido: FREIRE, Paulo.* A pedagogia do oprimido.*4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.*

que o aluno ingresse no mundo do trabalho com o objetivo não só de reproduzir, mas de produzir conhecimentos significativos para a inclusão social.

Referindo-se às já consagradas funções da Universidade – pesquisa, inovação, ensino, formação e educação permanente – a comissão acrescenta outra que tem cada vez mais importância: a cooperação internacional que deve buscar, explorando o fenômeno da mundialização, enriquecer o diálogo entre os povos e entre as culturas e, assim, assegurar aos egressos do ensino superior uma preparação adequada à entrada no mercado de trabalho.

> *Todas estas funções podem contribuir para o desenvolvimento sustentável. Na qualidade de centros autônomos de pesquisa e criação do saber as universidades podem ajudar a resolver certos problemas de desenvolvimento que se põem à sociedade. São elas que formam os dirigentes intelectuais e políticos, os futuros diretores empresariais, assim como grande parte do corpo docente. No âmbito do seu papel social, as universidades podem pôr a sua autonomia a serviço do debate das grandes questões éticas e científicas com as quais se confrontará a sociedade de amanhã e fazer a ligação com o resto do sistema educativo, oferecendo aos adultos a possibilidade de retomar os estudos e desempenhando a função de centros de estudo, enriquecimento e preservação da cultura. Agora que o ensino superior é cada vez mais pressionado a preocupar-se com os aspectos sociais dá-se também cada vez mais valor a outros atributos preciosos e indispensáveis das universidades como sejam a liberdade acadêmica e a autonomia institucional. Embora não ofereçam uma garantia de excelência, tais atributos são, sem dúvida, uma condição prévia para tal* [26].

A universidade é reconhecida como lugar de cultura e de estudo aberto a todos, pois, além de preparar para a pesquisa e para empregos qualificados, a universidade deve continuar a ser fonte capaz de matar a sede de saber dos que, cada vez em maior número encontram na sua própria curiosidade de espírito o meio de dar sentido à vida.

Vista sob esse olhar é que são estabelecidos os perfis e habilidades específicas para os acadêmicos dos diferentes cursos. No que tange ao

[26] *Idem,ibidem p. 141*

que se pode fazer frente aos desafios anteriormente apontados.

Como já explicitado em artigo anterior,[29] os saberes do professor envolvem (a) o saber atitudinal (atitude dos professores frente aos conceitos de disciplina, pontualidade, coerência, clareza, justiça, diálogo...), (b) o saber crítico-contextual (conhecimentos do professor sobre a sociedade o contexto em que está inserido o aluno, particularmente sobre o mundo do trabalho), (c) o saber específico (que diz respeito ao domínio de conhecimento sobre a disciplina que ministra), (d) o saber pedagógico (conhecimento sobre as teorias educacionais, a ciência da educação e sobre as teorias de aprendizagem e avaliação), (e) o saber didático curricular (diz respeito ao saber fazer, à organização e realização da atividade educativa, observando o conjunto de atividades para programar e desenvolver a própria atividade curricular) e são responsáveis, em seu conjunto, pela eficácia da prática pedagógica do professor. O sentido da prática encontra-se vinculado ao sentido que o professor atribui a cada um desses saberes.

Algumas observações, assim, podem ser destacadas e entendemos que constituem elementos que facilitarão atingir os objetivos propostos para o ensino superior e, em particular, para o ensino jurídico e contribuem para a efetividade dos saberes do professor. Em primeiro lugar, o professor precisa assumir-se como educador e com essa atitude adentrar em sala de aula. Em segundo lugar, possuir organização pedagógica, isto é, um planejamento do que fazer em sala de aula. Para planejar e organizar as suas aulas o professor necessita ter tomado ciência dos princípios educacionais expressos na Constituição Federal, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e, principalmente, dos princípios expressos no projeto pedagógico do curso, na estrutura curricular e na filosofia do Curso. Assim, a prática pedagógica do professor deve partir de um planejamento seguro, com um conjunto de objetivos programáticos definidos com os demais professores e relacionados aos conteúdos programáticos, seguidos de métodos, técnicas e recursos disponíveis, sempre voltados para a efetiva aprendizagem do aluno. Esse planejamento de ensino expressará a clareza dos objetivos comuns que serão buscados pela maioria dos professores, resultando na coerência do currículo e do conjunto de normas e procedimentos dos critérios de qualidade. Em

[29] *BARUFFI, Alaíde. O professor do ensino superior: realidade e desafios.* Revista Jurídica Unigran. *Dourados, v.2., n.4, Jul/dez. 2000. p. 181-187.*